

EDITORIAL

O actual número da revista *Philosophica* (n.º 33) tem como tema director a análise das múltiplas questões associadas à relação entre *identidade pessoal* e *alteridade*.

Longe de se contraporem, estes dois conceitos filosóficos exigem-se mutuamente. A experiência de *si* é já, ela mesma, marcada pela percepção do *outro*, algo que não acontece quando se procura apenas sondar a identidade e a natureza do *indivíduo*. Com efeito, quando nos situamos num plano estritamente ontológico, a existência do outro não é um requisito das entidades individuais. A *alteridade* não é um princípio constitutivo do ente em geral, do *ens qua ens*, princípio supremo da metafísica tradicional. Neste plano, o análogo do *outro* é sempre o diferente, o desigual ou o diverso. Ora, o mesmo não acontece quando se considera a esfera pessoal, plano no qual não tem sentido falar-se de *si* sem simultaneamente se referir a presença de *outrem*.

Para se compreender a noção de *identidade pessoal*, importa referir sucintamente o modo como o problema que lhe está associado irrompeu na história da filosofia. Este problema filosófico surge pela primeira vez na segunda edição do *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (*An Essay Concerning Human Understanding*) de John Locke, publicada em 1694, quatro anos após a primeira edição. Com efeito, o filósofo inglês acrescentou um novo capítulo ao volume II da obra, intitulado *Identidade e Diversidade*, no qual o autor analisa o conceito filosófico de pessoa.

Em torno do problema da identidade pessoal jogam-se duas questões distintas, embora complementares. A primeira questão é de natureza epistemológica e pode ser enunciada com toda a clareza do seguinte modo: qual é o critério necessário e suficiente que nos permite afirmar que somos a mesma pessoa em momentos diferentes do tempo? A segunda questão é de índole metafísica e consiste em determinar a natureza fundamental de uma pessoa, nomeadamente, quando nos interrogamos sobre quem somos.

São problemas complementares, visto que, quando se quer pensar o critério ou a razão pela qual cada um de nós se considera como sendo o mesmo em momentos e situações distintas, é-nos impossível não nos questionarmos sobre o conceito de pessoa e, em particular, sobre a nossa experiência pessoal. Citando Locke: “para descobrir em que é que consiste a *identidade pessoal* temos de saber o que é que a *pessoa* representa – e penso tratar-se de um ser pensante e inteligente que (...) pode considerar-se a si mesmo como si mesmo, como uma mesma coisa pensante, em tempos e espaços diferentes.” (2.27.9).

Locke mostra-nos, assim, que a elucidação da identidade pessoal implica que nos debrucemos, antes de tudo, sobre a noção de pessoa, sendo inerente a esta última a consideração de si própria como sendo o mesmo ser pensante numa situação espaciotemporalmente distinta. Com efeito, faz parte da definição de pessoa a reafirmação da sua identidade ao longo do tempo, reiteração que, segundo Locke, é obtida pela identidade entre *estados de consciência* experienciados em momentos distintos. Para o filósofo inglês, é esta unidade da consciência *ao longo do tempo* que confere ao sujeito a percepção de ser a mesma pessoa.

Com a *invenção da consciência* por Locke, na feliz expressão de Étienne Balibar (“Le traité lockien de l’identité” in John Locke. *Identité et différence. L’invention de la conscience*, Paris: Seuil, 1998), abriu-se um novo campo de estudos filosóficos, situado entre a metafísica e a antropologia filosófica. Aí são estudados conceitos cruciais para se entender o carácter específico da identidade quando aplicada a pessoas, entre os quais importa realçar as noções de *alteridade*, *consciência*, *corpo próprio*, *racionalidade* e *experiência temporal*. Para lá da inquirição sobre estas noções, importa ainda discernir duas tendências na resolução do problema colocado pela filosofia lockiana: por um lado, aqueles que insistem, à maneira de Leibniz, que a hipótese substancialista ainda mantém toda a sua validade; outros, seguem antes a corrente céptica, inaugurada por David Hume, interrogando-se sobre a legitimidade de se afirmar a existência de uma efectiva e real identidade pessoal.

O presente número da revista *Philosophica* traduz bem esta teia conceptual de problemas associados ao modo como o problema da identidade pessoal foi posicionado no pensamento ocidental.

Assim, Mafalda Blanc, no artigo, *Luz da Razão. Para uma fundamentação onto-metafísica*, questiona as consequências de uma emancipação da *razão humana* na modernidade, mostrando que a clausura do sujeito sobre si mesmo apenas tem como corolário o cepticismo radical e a razão calculadora.

Sergio Roderó reflecte, a partir do pensamento de Zubiri, a relação entre “biologia” e “inteligência” no artigo, *Biología e inteligencia humana em Xavier Zubiri*. Centrando-se no plano da acção e do hábito (‘hábito-actividade’), Sergio Roderó traça os preliminares de um estudo mais amplo que consiga, mais tarde, apreender o nexó entre as estruturas orgânicas e a actividade mental.

Nuno P. Castanheira realiza uma análise crítica das teses sartrianas sobre a *intersubjectividade*, mostrando que a transmutação proposta do *ego* em objecto da consciência (*pour-soi*) não apreende o verdadeiro *ego*, aquele que se dá na relação intersubjectiva com o *outro* não-objectivável.

Sara Fernandes, no último artigo desta temática (*Identidade Narrativa e Identidade Pessoal. Uma abordagem da filosofia de Paul Ricoeur*),

reflete sobre as virtualidades do conceito de *identidade narrativa* em Ricoeur para a resolução do problema da *identidade pessoal*. Por um lado, a narrativa realiza o espaço de mediação entre o *carácter* e a *ipseidade*, entre o mesmo (*idem*) e o próprio (*ipse*); por outro lado, a identidade pessoal implica uma contínua recriação ético-estética do sujeito, sendo a *narrativa* o plano dessa mesma recriação.

Este número da revista engloba ainda dois estudos: o primeiro, de André Santos Campos, analisa a importância de Grotius para a filosofia política e do direito (*Grotius na interdisciplinaridade moderna entre o direito e a filosofia política*). Neste ensaio, o autor analisa a importância da categoria de *ius* em Grotius mostrando o seu papel crucial na constituição de uma filosofia política na modernidade, enquanto reflexão sobre a natureza do que é em si mesmo político. O segundo estudo, da autoria de Montserrat Bartolomé Luíses, apresenta a doutrina filosófica de Giordano Bruno, tendo como ponto de referência a comédia *Candelaio* e os *Dialoghi italiani*.

Como é tradição na revista, não são esquecidas nem as resenhas de obras nem a apresentação dos trabalhos académicos de estudantes pós-graduados do Departamento de Filosofia. Assim, na secção de resenhas, Ana Rita Ferreira apresenta a nova edição francesa das *Confissões* de Santo Agostinho; Marta Mendonça debruça-se sobre a edição de Marcelo Dascal, com a colaboração de Quintín Racionero e Adelino Cardoso, de vários textos de Leibniz dedicados ao tema da controvérsia; finalmente Antonino Russo apresenta a obra de Adriana Veríssimo Serrão, *Pensar a Sensibilidade, Baumgarten-Kant-Feuerbach*. Na secção sobre Dissertações são expostas a linhas fundamentais das teses académicas de José Quaresma (*Intersubjectividade e abismo na discussão estética*), de José Maria Santana Caselas (*Poder e insubmissão. Política e Ética em Michel Foucault*), de Irene Pinto Pardelha (*Percepção e memória sensível em Maurice Merleau-Ponty*), de Maria Margarida Francisco Madureira (*Arte e criação de valores em F.Nietzsche e O.Wilde*), de Maria Manuela Morais da Cruz Ferreira (*Denis Diderot. Uma estética do corpo musical*) e de Igor Caldeira (*Ética empresarial – uma fundamentação teórica*).

Para lá de diversa informação, este número da *Philosophica* contém ainda os índices dos trinta primeiros números da sua edição.

Carlos João Correia